regime de repercussão geral); 2- artigo 1.030, inciso II (segundo o qual o presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido deverá encaminhar o processo para o órgão julgador, com vistas à realização de juízo de retratação, se o acórdão impugnado divergir do entendimento do STF ou do STJ exarado nos regimes de repercussão geral ou de recursos repetitivos; 3- artigo 1.042 (que admite a interposição de agravo contra decisão do presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recurso repetitivo)[30]

34. Para além disso, o artigo 988, § 5º, inciso II, do CPC/2015 autoriza que seja proposta reclamação para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de extraordinário ou especial repetitivo, quando esgotadas as instâncias ordinárias, o que significa que: “diante da novidade legislativa, se um acórdão desrespeitar o precedente citado em julgamento de recurso especial e extraordinário repetitivo, e em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, ainda que não repetitivo, caberá reclamação constitucional para o tribunal de superposição”, porém “no caso de sentença proferida em tais moldes caberá a apelação”, e “a decisão monocrática na hipótese ora analisada não poderá ser impugnada por reclamação constitucional por ser cabível contra ela agravo interno (art. 1.021 do Novo CPC)”[31].

35. Diante do exposto, conclui-se, em linhas gerais, que as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento de recursos extraordinários, no bojo dos quais tenha sido declarada a inconstitucionalidade de leis, fixando-se teses de repercussão geral, ainda que não vinculem a Administração Pública estadual, podem ter o condão de vincular, com fulcro artigo 927, inciso I, do CPC/2015, os juizes e os tribunais que estão a ele vinculados, bem como de impedir o conhecimento de recursos, nos moldes dos artigos 1.030, incisos I, alínea “a”, e II, e 1.042 do CPC/2015, e/ou de justificar a propositura de reclamação, consoante se depreende da leitura, a contrario sensu, do artigo 988, § 5º, inciso II, do CPC/2015.

36. Nesse contexto, há que se alertar que o não acolhimento, pela Administração Pública estadual, quer neste caso concreto, quer em casos envolvendo outras matérias, das teses de repercussão geral definidas pelo Supremo Tribunal Federal, podem gerar ações judiciais, e, em havendo judicialização, ensinar o sério risco de sucumbência do Estado de Minas Gerais.

37. De toda forma, esclareça-se que não se está aqui a recomendar que, proferida decisão acerca de determinada matéria, em recurso extraordinário julgado, pelo STF, em regime de repercussão geral, os gestores públicos deixem de cumprir a legislação estadual que verse sobre o mesmo assunto, haja vista que a aplicação de determinado precedente é um ato hermenêutico e não puramente mecânico.

38. Assim, deve-se ter muita preocupação na identificação de cada caso concreto e na verificação de sua sujeição ou não ao entendimento jurisprudencial consolidado pelo Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade, incumbindo às Assessorias Jurídicas dos órgãos e à Procuradorias das entidades envolvidas auxiliarem as áreas técnicas responsáveis nas tarefas de analisar e interpretar o precedente, opinando por sua aplicação ou não, sendo perfeitamente possível excluir a aplicação do precedente, mesmo quando reconhecido o seu caráter vinculante, em razão de determinadas particularidades fáticas e/ou jurídicas do caso, técnica que é consagrada pela doutrina como “distinguishing”.

39. Por isso, o Núcleo de Assessoramento/AGE reserva-se o direito de se pronunciar sobre outras situações, diversas da que ora se apresenta, no momento oportuno, caso isso se revele necessário, após a instrução do expediente relativo a cada caso concreto e da emissão de manifestação jurídica prévia concludente pela Assessoria Jurídica do órgão consulente (ou da Procuradoria da entidade), consoante estabeleça a Resolução AGE nº 26/2017.

40. Tecidas essas considerações, observa-se que, no caso concreto, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais questiona a possibilidade de dilação da licença adotante concedida conforme a legislação estadual, em face do reconhecimento de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema, no RExt nº 778.889/PE.

41. Compulsando-se os documentos acostados ao expediente, verifica-se que: a) a interessada formulou pedido de dilação do prazo de licença adotante que lhe havia sido concedido[32] em razão termo de guarda para fins de adoção de uma criança de 05 (cinco) anos, 04 (quatro) meses e 09 (nove) dias (fls. 02/06); b) o requerimento foi negado pelo Comandante do 7º Batalhão de Bombeiros Militar, consoante se infere do BI NR nº 22, de 11.06.2018 (fls. 14/16), com fundamento no Parecer nº 007/2018 - B1/7º BBM (fls. 07/11); c) devidamente notificada (fl. 17), a interessada interpus recurso (fls. 18/29), para o Diretor de Recursos Humanos, no qual alegou, em breve síntese, que: o artigo 227, § 6º, da CR/1988 prevê que os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação; como forma de estimular o vínculo afetivo entre mãe e criança, o artigo 7º, inciso XVIII, da CR/1988 assegura o benefício da licença maternidade a trabalhadoras urbanas e rurais por 120 (cento e vinte) dias[33]; e o artigo 26, inciso IX, § 1º, da Lei Estadual nº 5.301/1969 garante às militares a prorrogação da licença maternidade por 60 (sessenta) dias; ocorre que a Lei Complementar Estadual nº 121/2011, em seu artigo 8º, dispõe que a servidora adotante será concedida licença maternidade por 30 (trinta) dias se a criação tiver mais de 4 (quatro) anos, e a Resolução Conjunta PMMG/CBMMG nº 4.278/2013, em seu artigo 41, § 2º, inciso III, e § 3º, inciso III, além de repetir a regra legal, prevê que, nesse caso, a prorrogação da licença maternidade será de apenas 15 (quinze) dias; o STF decidiu que a legislação não pode diferenciar os prazos para a licença à gestante e à adotante e, também, que não pode diferenciar os prazos da licença à adotante de acordo com a idade da criança; o artigo 5º da CR/1988 dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, o que impõe o dever de conferir tratamento impessoal, igualitário, isonômico, e o artigo 6º da CR/1988, ao prever os direitos sociais, inclui a proteção à maternidade e à infância, o TJMG tem decidido na mesma linha do STF; a Lei Federal nº 13.509/2017 trouxe várias alterações ao Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando-se o estágio de convivência, que é de sua importância para aferrar-se a criança ou o adolescente se adaptará à nova família; d) por todo o exposto, e citando trechos do voto do Ministro Relator, Luis Roberto Barroso, requereu a extensão de sua licença maternidade para 120 (cento e vinte) dias, acrescida de 60 (sessenta) dias, em atendimento ao princípio da isonomia.

42. A Assessoria Jurídica do órgão consulente manifestou-se pelo indeferimento do recurso interposto pela Cb BM Maristela Almeida Gomes Dias, nº 132.238-7, por meio do Parecer nº 7.012/2018 - Assessoria Jurídica - DRH, argumentando que: a prorrogação da licença maternidade em sessenta dias foi instituída, no Estado de Minas Gerais, pela Lei Estadual nº 18.879/2010[34]; a Lei Estadual nº 18.879/2010 também prorrogou o prazo da licença adotante, conforme previsto no seu artigo 2º, aplicável às militares por força do artigo 6º[35]; a Lei Complementar Estadual nº 121/2011, em seu artigo 8º, inciso III, estabeleceu que o prazo da licença adotante, quando a criação tiver entre 4 (quatro) e 8 (oito) anos, será de 30 (trinta) dias[36]; a negativa do pleito ainda está fundamentada na Orientação de Serviço SCAP nº 01/2016 da SEPLAG, na Resolução Conjunta PM/BM nº 4.278/2013 e na Resolução BM nº 273/2007; os artigos 392 e 392-A da CLT não são aplicáveis ao caso, tampouco a Lei Federal nº 8.112/1990; o fato de a decisão do STF, no RExt nº 778.889, ter sido proferida em regime de repercussão geral não vincula o Estado de Minas Gerais, por não retratar o efeito da legislação estadual em plena vigência, segundo o princípio da legalidade, a Administração Pública somente pode praticar os atos que a lei autoriza.

43. A SEPLAG, por sua vez, na Informação nº 51/2018/Diretoria Central de gestão de Tempos, informou que tem aplicado a Orientação de Serviço SCAP nº 001/2016, retificada em 18.08.2016, para a concessão da licença adotante – e sua prorrogação –, destacando os itens 2.2 e 2.2.1:

“ 2.2 Da Prorrogação da Licença Maternidade : A Lei estadual nº 18.879, de 2010, que instituiu a prorrogação da licença maternidade dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais por mais 60 (sessenta) dias, aplica-se aos segurados do RGPS, incluindo os adotantes, lotados ou em exercício nos órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual;

2.2.1 Conforme já posicionado no Parecer SEPLAG/AJA 0316/2010, são beneficiárias da prorrogação tanto as servidoras vinculadas ao regime próprio de previdência (efetivas, efetivadas, função pública) quanto as vinculadas ao regime geral – designadas, ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, contratadas por tempo determinado – e também aos/as segurados/as adotantes, desde que estejam lotados(as) ou em exercício na Administração Pública Estadual, conforme determina o artigo 2º da Lei 18.879, de 2010”;

44. Da leitura do aludido documento, percebe-se que se trata de orientação de serviço elaborada, pela Superintendência Central de Administração de Pessoal, relativamente ao tema “LICENÇA MATERNIDADE (SALÁRIO MATERNIDADE, PRORROGAÇÃO E ESTABILIDADE PROVISÓRIA) APLICADA ÀS SERVIDORAS ESTADUAIS VINCULADAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS”, sendo concedida a tais servidoras, ainda que adotante, licença maternidade correspondente a 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta). Contudo, não ficou claro se a mesma orientação vem sendo aplicada às servidoras titulares de cargos efetivos que resolverem adotar criança com idade superior a 1 (um) ano, em detrimento da legislação estadual já citada, e, a pesar de o item 2.2.1, mencionar a existência do Parecer SEPLAG/AJA nº 0316/2010, tem-se que, naquela oportunidade, a Assessoria Jurídica-Administrativa da SEPLAG manifestou-se apenas sobre a concessão da licença maternidade às servidoras públicas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social. De todo modo, por não estar o NAJ/AGE sujeito às orientações emitidas por aquela unidade administrativa[37], e diante da superveniência da decisão do STF, passa-se à análise da questão posta em debate.

45. Consoante se infere do inteiro teor acórdão do Recurso Extraordinário nº 778.899/PE[38], o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria[39] e nos termos do voto do Relator, Ministro Luis Roberto Barroso, ao apreciar o tema de repercussão geral nº 782[40], deu provimento ao recurso, para fins de declarar a inconstitucionalidade do artigo 210 da Lei Federal nº 8.112/1990 e dos §§ 1º e 2º do artigo 3º da Resolução CJP nº 30/2008 e reconhecer o direito da adotante ao prazo remanescente da licença maternidade, de modo que o tempo total de fruição do benefício seja de 180 (cento e vinte) dias de afastamento remunerado, correspondentes aos 120 (cento e vinte) dias, previstos no artigo 7º, inciso XVIII, da CR/1988, acrescidos de 60 (sessenta) dias de prorrogação, permitido pela legislação.

46. Do voto do Ministro Relator, extrai-se que, antes de examinar o caso propriamente dito, ele cuidou de fazer uma contextualização acerca da evolução da disciplina da proteção à infância e à família, bem como da adoção e da respectiva licença, destacando-se os seguintes trechos:

[...] 12. A história da proteção à infância, à família e à mulher se altera profundamente com a redemocratização do Brasil e com a promulgação da Constituição de 1988. A nova Carta estabelece uma ruptura com o regime anterior. Define como fundamento da República a dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III). [...] Passa-se a proteger as crianças em prol de seu próprio bem-estar e de seu adequado desenvolvimento.

13. Em coerência com tal concepção de tutela da pessoa, o art. 227 da Constituição estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança todos os direitos necessários ao seu adequado desenvolvimento, assentando os princípios da proteção integral e da prioridade dos direitos das crianças e adolescentes. Afirma, ainda, o direito do menor à convivência familiar e comunitária. [...]

17. No que respeita à maternidade, a Constituição determina que a sua proteção constitui direito social (CF, art. 6º c/c art. 201). Estabelece como objetivos da assistência social a tutela “à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice”, bem como o “amparo às crianças e a adolescentes carentes” (CF, art. 203, I e II). E assegura o direito de “licença à gestante” – esta é a expressão empregada por seu texto –, em favor das trabalhadoras e servidoras públicas, atribuindo-lhes o direito ao prazo mínimo de 120 dias de afastamento remunerado do trabalho (CF, art. 7º, XVIII, c/c art. 39, § 3º). [...]

18. O art. 227 e seus parágrafos determinam, ainda, ao Poder Público que estimule o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado, procurando afastar a opção pela institucionalização. Por fim, o § 6º do mesmo dispositivo garante, expressamente, aos filhos biológicos e adotivos, os mesmos direitos, vedando qualquer discriminação entre eles.

[...] foi editada a Lei Nacional de Adoção (Lei 12.010/2009), que suprimiu os parágrafos do art. 392-A da CLT e, por consequência, igualou, no âmbito do Direito do Trabalho, os prazos da licença gestante e da licença adotante, independentemente da idade da criança adotada, consagrando o entendimento de que, além de serem, ambas as licenças, espécies do gênero licença maternidade, a licença adotante deveria corresponder, no mínimo, ao mesmo “quantum” de proteção conferido à licença gestante, independentemente da idade da criança adotada (de 120 dias, nos termos do artigo 7º, XVIII, CF). [...]

35. A dificuldade de sistematização da matéria se fez presente igualmente em todo que respeita ao prazo e à extensão da licença adotante em favor dos servidores públicos. Apesar de toda a evolução ocorrida no âmbito celetista, não se promoveu a adequada atualização do Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei nº 8.112/1990, art. 210). Assim, o Estatuto, originalmente, uma norma inclusiva, que promovia um avanço, tornou-se uma lei anacrônica, restritiva do direito à licença adotante, se comparado ao mesmo benefício, tal como assegurado pela legislação trabalhista. [...]

36. Portanto, de acordo com a legislação infraconstitucional, as crianças adotadas por trabalhadores do Poder Público, regidas pela CLT, são beneficiadas por uma licença maternidade de 120 dias, prorrogáveis por até 60 dias, independentemente da idade (à semelhança do tratamento dado à licença-gestante pela legislação); ao passo que as crianças adotadas por servidoras públicas, com vínculo estatutário, beneficiam-se de licença de 90 dias, prorrogável por 45 dias, se tiverem até um 1 ano; ou por licença de 30 dias, prorrogável por 15 dias, se forem mais velhas. [...]

41. O histórico acima demonstra que o Direito brasileiro vem manifestando, desde a promulgação da Constituição de 1988, por seu poder constituinte originário, por seu poder constituinte derivado e pelo legislador ordinário, o firme propósito de avançar na proteção conferida à criança e ao filho adotivo. É de acordo com essa evolução, com a cadeia de normas antes descrita e à luz dos compromissos e dos valores que elas expressam, que o alcance da licença maternidade das servidoras públicas deve ser interpretado. No caso em exame, todos os capítulos desta história avançaram, paulatinamente, para majorar a proteção dada à criança adotada e igualar seus direitos aos direitos fruídos pelos filhos biológicos.

42. Assim, observado tal parâmetro, há um único entendimento compatível com a história que vem sendo escrita sobre os direitos da criança e do adolescente no Brasil: aquele que beneficia o menor, ao menos, com uma licença maternidade com prazo idêntico ao da licença a que faz jus o filho biológico. Esse é o sentido e alcance que se deve dar ao art. 7º, XVIII, da Constituição, à luz dos compromissos de valores e de princípios assumidos pela sociedade brasileira ao adotar a Constituição de 1988. É, ainda, o entendimento que assegura a integridade do Direito. Mesmo que o STF tenha se manifestado em sentido diverso, no passado, e mesmo que não tenha havido alteração do texto do art. 7º, XVIII, o significado que lhe é atribuído se alterou. Trata-se de caso típico de mutação constitucional, em que a mudança na compreensão da realidade social altera o próprio significado do direito. [...]

47. Partindo dessas premissas, o Ministro Relator ainda apontou a condição mais gravosa da criança adotada, explicando que: “crianças adotadas, não raro, têm em seu histórico: experiências pré-natais adversas à saúde, períodos prolongados em unidades neonatais, cuidados inadequados, abuso físico, psíquico ou sexual, perdas e separações”, sendo que “esses fatores, a privação do contato do menor com a mãe nos primeiros meses de vida, ou em momentos críticos de seu desenvolvimento, e a institucionalização por períodos prolongados (que, infelizmente, ainda é uma realidade no Brasil), podem produzir efeitos altamente comprometedores da capacidade da criação de estabelecer laços afetivos saudáveis com os pais adotivos e de adaptar-se à nova família”. “estudos internacionais (...) indicam também que o fator mais relevante para a recuperação dessas crianças e para a superação de tais dificuldades é a presença, a disponibilidade e a afetividade dos pais adotivos, que precisam apresentar um intenso comprometimento com o menor (...) no início de seu convívio”; “não há nada na realidade das adoções, muito menos na realidade das adoções tardias, que indique que crianças mais velhas precisam de menos cuidado ou de menos atenção do que bebês”, mas, muito pelo contrário, “a plena adaptação às adoções tardias é um desafio ainda maior, já que crianças mais velhas possivelmente foram expostas por tempo maior a cuidados inadequados, traumas e institucionalizações”. E, mais adiante, ainda acrescentou:

[...] 50. Ora, se, para filhos biológicos, conectados às suas mães desde o útero, jamais negligenciados, jamais abusados, jamais feridos, há necessidade de uma licença mínima de 120 dias, violaria o direito dos filhos adotados à igualdade e à proporcionalidade, em sua vertente de vedação à proteção deficiente, pretender que crianças em condições muito mais gravosas gozem de período inferior de convívio com as mães.

51. No âmbito dos direitos sociais, a tutela da proporcionalidade como vedação à proteção deficiente é empregada na definição da extensão das obrigações positivas que podem ser exigidas do Estado, quando

este se abstém, total ou parcialmente, de adotar a promoção de direitos tutelados constitucionalmente. O teste da proporcionalidade, neste contexto, sujeita-se aos mesmos subprincípios aplicáveis ao exame da proporcionalidade voltado à vedação de excesso. Assim, diante de uma norma questionada por proteger de forma insuficiente um direito, deve-se indagar: (i) se a proteção deficiente é adequada a e/ou se a deficiência promove um fim constitucional legítimo; (ii) se é necessária, ou se havia medida mais eficiente sob o prisma do direito protegido deficientemente, que permitisse tutelar o direito a que ele se opõe na mesma medida; (iii) se é proporcional em sentido estrito a proteção deficiente porque os custos justificam os benefícios gerados.

52. Ora, não há dúvida de que a estipulação de uma licença maternidade menor para as servidoras, em caso de adoção (em contraste com a licença-gestante), e que o fato de tal prazo ser escalonado de forma inversamente proporcional à idade das crianças adotadas, deixa de promover a adequada tutela do menor e, por outro lado, não promove qualquer interesse constitucional legítimo. Não atende, portanto, ao subprincípio da adequação. E, na verdade, um equívoco decorrente de uma má-compreensão da realidade e das dificuldades enfrentadas nos processos de adoção.

[...] 55. Assim, só se pode concluir que o texto do art. 7º, XVIII da Constituição (c/c art. 227, §6º, CF), ao se valer da expressão “licença gestante”, produziu, inadvertidamente, um comando cujo teor literal foi subinclusivo. O exame dos demais dispositivos constitucionais já invocados confirma o entendimento – sistemático – de que o referido dispositivo, em verdade, assegurou a “licença maternidade” de 120 dias (tanto em caso de mãe gestante, quanto em caso de mãe adotante), sem diferenciar entre filhos biológicos e filhos adotivos, quaisquer que sejam as idades destes últimos. Por essa razão, são inválidas as normas infraconstitucionais que dispõem em sentido contrário.

[...] a licença maternidade tem por objetivo auxiliar a mulher a ultrapassar o período de adaptação e de transição em decorrência da chegada do novo filho e não deve ser desproporcional ao desafio por ela enfrentado, sob pena de não atender aos fins para os quais o benefício é previsto. O sucesso de tal adaptação depende da sua disponibilidade emocional. Assim, o art. 7º, XVIII da Constituição deve ser interpretado em consonância com os direitos à dignidade, à autonomia e à igualdade das mulheres, bem como tendo em vista o respeito à proporcionalidade, em sua vertente de vedação à proteção deficiente. Não há justificativa plausível para conferir uma licença de 120 dias, prorrogável por 60 dias, à mãe que gera seu próprio bebê e, ao mesmo tempo, conferir licença de apenas 30 dias, prorrogável por mais 15 dias, para a mãe que abraça o desafio de receber uma criança mais velha, com a qual precisará construir, pedra por pedra, uma relação de afeto desejada, mas temida. (grifo nosso)

48. Esses foram, em breve síntese, os fundamentos fáticos e jurídicos que levaram o Plenário do Supremo Tribunal Federal não só a declarar a inconstitucionalidade do artigo 210 da Lei Federal nº 8.112/1990 e dos §§ 1º e 2º do artigo 3º da Resolução CJP nº 30/2008, mas também a fixar a seguinte tese de repercussão geral: “Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada”.

49. No mesmo sentido, constatam-se, em pesquisa ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, diversos julgados, anteriores ao julgamento do Recurso Extraordinário nº 778.899/PE, nos quais fora reconhecido o direito da mãe adotante à licença maternidade com prazo idêntico ao que é deferido à gestante[41], a saber:

LICENÇA MATERNIDADE - MÃE ADOTANTE - NORMA CONSTITUCIONAL VISANDO A PROTEÇÃO, SOBRETUDO, DO FILHO RECÉM-NASCIDO - AUSÊNCIA DE DISTINÇÃO ENTRE DIREITOS DE FILHO BIOLÓGICO E FILHO ADOTADO - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA “A QUO” QUE DEFERIU O PEDIDO DE LICENÇA MATERNIDADE, PELO PERÍODO DE 120 DIAS PARA A MÃE ADOTANTE. A norma constitucional que instituiu o benefício da licença maternidade (art. 7º, inciso XVIII, da CF/88) não se limita apenas à proteção da mãe (biológica ou adotante), mas, sobretudo à proteção do filho recém-nascido. Nos termos dos arts. 41 do ECA, não há que se falar em diferença de direitos para filhos adotados ou não. (TJMG-Ap Cível/Reex Necessário 1.0056.04.078545-5/001, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 17/01/2006, publicação da súmula em 28/04/2006 – grifo nosso)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA ANTECIPADA. LICENÇA MATERNIDADE. SERVIDORA MUNICIPAL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRORROGAÇÃO DO BENEFÍCIO. POSSIBILIDADE. Cedeio é que a licença maternidade conferida às mães adotantes encontra-se embasada no princípio da isonomia insculpido na Carta Magna, que garantiu tratamento igualitário aos filhos naturais e adotivos, consoante disposto no art. 227, da CR/88. A norma constitucional que instituiu o benefício da licença maternidade (art. 7º, inciso XVIII, da CF/88) não se limita apenas à proteção da mãe (biológica ou adotante), mas, sobretudo à proteção do filho recém-nascido. Nos termos dos arts. 41 do ECA, não há que se falar em diferença de direitos para filhos adotados ou não.

Recurso ao qual se nega provimento. (TJMG-Agravo de Instrumento-Cv1.0433.11.022098-8/001, Relator(a): Des.(a) Didimo Inocêncio de Paula, 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 22/03/2012, publicação da súmula em 30/03/2012 – grifo nosso)

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. ADOÇÃO. LICENÇA-MATERNIDADE. PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO. VIABILIDADE. INTELIGÊNCIA DO §3º, DO ART. 39, DA CARTA MAGNA. VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. 1. O ente estadual, na atribuição de sua competência legislativa, não pode restringir direito constitucionalmente assegurado. 2. A isonomia entre filhos adotados e biológicos é assegurada constitucionalmente. 3. A ocupante de cargo público faz jus à concessão do direito à licença à gestante no período de 120 (cento e vinte) dias. (V.V.)

[...] (V.v.) (TJMG- Mandado de Segurança 1.0000.13.078715-3/000, Relator(a): Des.(a) Wagner Wilson, ORGÃO ESPECIAL, julgamento em 09/04/2014, publicação da súmula em 15/04/2014 – grifo nosso)

50. Porém, após o julgamento, pelo STF, do Recurso Extraordinário nº 778.899/PE, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais passou, à unanimidade[42], a aplicar o mesmo entendimento do citado precedente. Senão vejamos:

EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO DE SEGURANÇA - LICENÇA MATERNIDADE - SERVIDORA ADOTANTE - LEI MUNICIPAL 11.422/07 - TRATAMENTO DIFERENCIADO - VEDAÇÃO - SENTENÇA MANTIDA (TJMG-Remessa Necessária-Cv 1.0145.14.013576-8/004, Relator(a): Des.(a) Audebert Delage, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 13/09/2016, publicação da súmula em 23/09/2016 – grifo nosso)

EMENTA: REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO CÍVEL VOLUNTÁRIA. AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA. LICENÇA MATERNIDADE. ESTIPULAÇÃO DE PRAZO DISTINTO PARA A GESTANTE E A ADOTANTE. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. VIOLAÇÃO. SENTENÇA CONFIRMADA. I. A Constituição da República assegura tratamento isonômico entre mãe biológica e a adotante e entre filho natural e o adotado, independentemente de sua idade.

2. Revela-se lesivo ao direito líquido e certo da adotante a negativa de concessão do mesmo prazo de licença maternidade estipulado para a gestante.

3. Remessa oficial e apelação cível voluntária conhecidas. 4. Sentença que concedeu a segurança confirmada no reexame necessário, prejudicada a apelação voluntária. (TJMG-Ap Cível/Reex Necessário 1.0024.14.306051-5/001, Relator(a): Des.(a) Caetano Levi Lopes, 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 25/10/2016, publicação da súmula em 09/11/2016 – grifo nosso)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICENÇA-MATERNIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA. ADOTANTE. INDEFERIMENTO. REQUISITO PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. LEI MUNICIPAL. PRINCÍPIO DA INTEGRALIDADE. DIREITO À IGUALDADE ENTRE FILHOS BIOLÓGICOS E ADOATIVOS. VEDAÇÃO À DISCRIMINAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I. É dever da família, da sociedade e do Estado a promoção do desenvolvimento da criança, em conformidade com o princípio da proteção integral, sendo vedada a discriminação entre filhos biológicos e adotivos.

2. O direito à licença-maternidade é garantia constitucional, que visa estimular o vínculo afetivo entre mãe e criança.

3. Ainda que o município tenha autonomia para legislar em assuntos de seu interesse, deve ater-se às disposições constitucionais, vedada a violação a princípios basilares.

4. Tese da repercussão geral: “Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possi-

vel fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada”. (RE 778.889/PE)

5. Desarrazoada a norma municipal que estabelece critério de diferenciação para concessão de licença maternidade à servidora pública adotante.

6. A cláusula de reserva de plenário pode ser dispensada diante da apreciação da matéria pelo Plenário da Suprema Corte, nos termos do art. 949, parágrafo único, in fine, do NCP. (TJMG-Apelação Cível 1.0480.12.009758-3/002, Relator(a): Des.(a) Bitencourt Marcondes, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 01/11/2016, publicação da súmula em 10/11/2016 – grifo nosso)

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO DE OFÍCIO. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDORA PÚBLICA. LICENÇA ADOTANTE. INSTITUIÇÃO DE PRAZOS DIFERENCIADOS. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL. Mostram-se inconstitucionais as disposições de lei estadual que estabelece prazos distintos para licença-adotante e para as hipóteses de guarda judicial para adoção, relativamente àquele previsto para licença-gestante, além de fixar prazos diversos de fruição do benefício, de acordo com a idade da criança, violando a orientação firmada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE n.º 778.889-PE que, em sede de repercussão geral, firmou a tese de que “os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada”. (TJMG-Apelação Cível 1.0024.14.271218-1/001, Relator(a): Des.(a) Moacyr Lobato, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 23/02/2017, publicação da súmula em 07/03/2017 – grifo nosso)

EMENTA: LICENÇA ADOTANTE - LICENÇA-GESTANTE - EQUIPARAÇÃO - ART. 7º, XVIII DA CR/88 - DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM CASO PARADIGMA DISTINTO DO JULGADO - RE 778889/PE - TEMA DE REPERCUSSÃO GERAL Nº782- RETRATAÇÃO - ART. 1.030, II, do CPC. Fixado pelo Supremo Tribunal Federal, apreciando o RE 778889/PE, em tema 782 de repercussão geral, a tese segundo a qual “Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada” e, tendo este Tribunal, através da Turma Julgadora, proferido decisão distinta, cabe agora, a retratação. (TJMG - Apelação Cível 1.0024.11.180642-8/001, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 22/03/2017, publicação da súmula em 31/03/2017 – grifo nosso)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - FAMÍLIA MONOPARENTAL - PAI ADOTANTE - LICENÇA MATERNIDADE - PRORROGAÇÃO - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

A Constituição Federal objetiva concretizar o direito social à maternidade, sem qualquer distinção entre as suas formas. O legislador não previu o resguardo apenas da maternidade biológica, como também daquela oriunda da adoção, sendo vedado o tratamento desigual entre estas.

A família monoparental também constitui entidade familiar, devendo seu núcleo social e afetivo ser protegido, independentemente de ser o pai ou a mãe quem exerça o Poder Familiar, nos termos do consagrado princípio da isonomia, previsto no art. 5º, caput e inciso I, da CF/88. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.16.088004-3/001, Relator(a): Des.(a) Dárcio Lopardi Mendes, 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 20/04/2007, publicação da súmula em 24/04/2017 – grifo nosso)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - DEFERIMENTO DE LIMINAR - POSSIBILIDADE - LICENÇA ADOTANTE - PRAZO EQUIVALENTE A LICENÇA MATERNIDADE - RECURSO PROVIDO.

- É possível a concessão de liminar, para garantir à servidora estadual o direito à licença-adotante, pelo mesmo prazo da licença-maternidade, posto que estaria caracterizado o periculum in mora em se aguardar o provimento final da ação, com o risco de frustração da finalidade do benefício, e ainda o fumus boni iuris decorrente da orientação firmada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE n.º 778.889-PE que, em sede de repercussão geral, considerou inconstitucional a disposição de lei federal que estabelece prazos distintos para licença-adotante e licença-gestante a ser usufruída por servidora. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.16.070135-5/001, Relator(a): Des.(a) Elias Camilo, 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/04/0017, publicação da súmula em 22/05/2017 – grifo nosso)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICENÇA-MATERNIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA ADOTANTE. REQUISITO PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. LEI ESTADUAL. PRINCÍPIO DA INTEGRAÇÃO. DIREITO À IGUALDADE ENTRE FILHOS BIOLÓGICOS E ADOATIVOS. VEDAÇÃO À DISCRIMINAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. É dever da família, da sociedade e do Estado a promoção do desenvolvimento da criança, em conformidade com o princípio da proteção integral, sendo vedada a discriminação entre filhos biológicos e adotivos.

2. O direito à licença-maternidade é garantia constitucional, que visa estimular o vínculo afetivo entre mãe e criança.

3. Tese da repercussão geral: “Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada”. (RE 778.889/PE)

4. Desarrazoada a norma estadual que estabelece critério de diferenciação para concessão de licença maternidade à servidora pública adotante. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.17.044090-3/001, Relator(a): Des.(a) Bitencourt Marcondes, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/09/2017, publicação da súmula em 12/09/2017 – grifo nosso)

EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO DE SEGURANÇA - LICENÇA MATERNIDADE - SERVIDORA ADOTANTE - LEI MUNICIPAL 7.169/96 - TRATAMENTO DIFERENCIADO - VEDAÇÃO - SENTENÇA MANTIDA (TJMG - Remessa Necessária-Cv 1.0000.18.031169-8/001, Relator(a): Des.(a) Audebert Delage, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 26/06/2018, publicação da súmula em 06/07/2018 – grifo nosso)

51. Dessa forma, apesar de o acórdão proferido pelo Supremo Corte, no RExt nº 778.889/PE, não vincular a Administração Pública estadual, não se pode ignorar que o entendimento nele consolidado vem sendo acolhido, à unanimidade, pelos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, seja pela força expansiva das decisões do Plenário do STF, seja pela solidez dos argumentos fáticos e jurídicos que embasaram o voto do Ministro Relator – com os quais, diga-se de passagem, concorda-se plenamente.

52. Ainda que assim não o fosse, como o julgamento do mérito do recurso extraordinário se deu em regime de repercussão geral, tem-se que, se a interessada vier a judicializar a questão posta em debate, as chances de sucesso da Administração Pública estadual na respectiva ação judicial são praticamente nulas. Mesmo porque: o artigo 1.030, inciso I, alínea “a”, do CPC/2015 impede o conhecimento de recurso extraordinário interposto contrariamente à tese de repercussão geral estabelecida; o artigo 1.042, inciso II, do CPC/2015 determina o exercício de juízo de retratação por órgão prolator de acórdão contrário à mesma tese; o artigo 1.042 do CPC/2015 também obsta a interposição de agravo contra decisão do presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido se ela se fundar no entendimento firmado em regime de repercussão geral; e o artigo 988, § 5º, inciso II, do CPC/2015 autoriza o manejo de reclamação, para fazer prevalecer a referida tese, desde que esgotadas as instâncias ordinárias. Por isso, afirma-se que a eventual negativa do pedido formulado pela interessada na via administrativa só terá o condão de onerar ainda mais o Estado de Minas Gerais, que, uma vez vencido na demanda judicial, será obrigado a suportar os ônus